

Dívida externa do País, a principal divergência

BRASÍLIA — O documento apresentado pelo grupo que apóia o Senador Mário Covas diverge da moção encomendada pelo Deputado Ulysses Guimarães principalmente no tocante à renegociação da dívida externa, defendendo a imposição, pelo Brasil, de condições mais duras. As principais sugestões dos "progressistas" são estas:

1) Ampliação da moratória, com suspensão dos pagamentos de juros e do principal da dívida contratada com o Clube de Paris antes de 1983.

2) Negociação de um esquema abrangente de reestruturação da dívida externa que reduza a transferência de recursos ao exterior ao máximo de 2,5 por cento do PIB durante os próximos cinco anos, afastando em definitivo a ameaça de recessão representada pelo estrangulamento externo da economia.

3) Redução a zero do **spread** (sobretaxa) incidente sobre a totalidade da dívida com os bancos estrangeiros.

4) Capitalização automática de

uma parcela preponderante dos juros devidos ao longo dos próximos cinco anos.

5) Na eventualidade de deterioração da posição no balanço de pagamentos e reservas durante o processo de negociação, o Governo deve adotar medidas para restringir a repatriação de capital e remessa de lucros e dividendos.

6) Aprovação pelo Congresso Nacional de todos os acordos relativos à renegociação da dívida externa.

Terça — feira à noite, durante en-

contro em sua residência, Bresser Pereira foi interpelado pelo Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE):

— Ministro, quanto o País gasta com suas importações básicas? Se nós conseguirmos reservas suficientes, não poderíamos deixar de pagar a dívida?

— Não — respondeu Bresser — Nós gastamos entre cinco e sete bilhões de dólares. A dívida deve ser paga, mas em condições favoráveis para o País. E neste momento é possível conquistar essas condições.